

**PESQUISA**

Discursos sobre bioética nos periódicos da área médica do Paraná (1970-2005)

Valquíria Elita Renk¹, Liane Maria Bertucci²

1. Programa de Pós-Graduação em Bioética e Direitos Humanos de Políticas Públicas, Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba/PR, Brasil. 2. Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil.

Resumo

Este artigo analisa os discursos enunciadores da bioética na área médica do Paraná entre 1970 e 2005, identificando autores e sentidos atribuídos ao termo. Trata-se de pesquisa historiográfica sobre a revista *Arquivos*, publicada pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná desde 1983, e a *Revista Médica do Paraná*, publicada pela Associação Médica do Paraná desde 1931. O *corpus* documental foi analisado a partir da perspectiva da história cultural. A bioética foi mencionada pela primeira vez na revista *Arquivos* em 1988, em artigo sobre morte cerebral, e depois na *Revista Médica do Paraná*, em 1996, em artigo sobre princípios da bioética, ambos escritos por médicos e professores. Os periódicos são dispositivos educacionais, pois divulgam ideário ético e bioético da classe médica que pode reverberar na sociedade e mudar comportamentos. A bioética enunciada nas fontes mostra proximidade com o principialismo e a ética médica.

Palavras-chave: Bioética. Publicação periódica. Discurso.

Resumen**Discursos sobre la bioética en los periódicos del área médica de Paraná (1970-2005)**

En este artículo, se analizan cuáles son los discursos enunciados de la bioética en el área médica de Paraná entre 1970 y 2005, identificándose los autores y el sentido atribuido al término. Es una investigación historiográfica sobre la revista *Arquivos*, publicada por el Consejo Regional de Medicina de Paraná desde 1983, y la *Revista Médica do Paraná*, publicada por la Asociación Médica de Paraná desde 1931. El *corpus* documental se analizó desde la perspectiva de la historia cultural. La bioética fue mencionada por primera vez en la revista *Arquivos* en 1988, en un artículo sobre la muerte cerebral, y en la *Revista Médica do Paraná*, en 1996, en un artículo sobre los principios de la bioética, ambos escritos por médicos y profesores. Los periódicos son dispositivos educativos, ya que divulgan un ideario ético y bioético de la clase médica que puede reverberar en la sociedad y cambiar comportamientos. La bioética enunciada en las fuentes muestra la cercanía con el principialismo y la ética médica.

Palabras clave: Bioética. Publicación periódica. Discurso.

Abstract**Discussions on bioethics in medical journals of Paraná, Brazil (1970–2005)**

This article analyzes the discourses that enunciate bioethics in the medical field of Paraná between 1970 and 2005, identifying authors and meanings attributed to the term. This is a historiographical research on *Arquivos* journal, published by the Paraná Regional Medical Council since 1983, and *Revista Médica do Paraná*, published by the Medical Association of Paraná since 1931. The documentary corpus was analyzed from the perspective of cultural history. Bioethics was first mentioned in the journal *Arquivos* in 1988, in an article on brain death, and later in *Revista Médica do Paraná*, in 1996, in an article on the principles of bioethics, in an article on the principles of bioethics, both written by physicians and professors. Journals are educational devices, as they disseminate ethical and bioethical ideas of the medical class that have the potential to reverberate within the society and change behaviors. The bioethics listed in the sources is closely aligned with principlism and medical ethics.

Keywords: Bioethics. Periodical. Address.

Declararam não haver conflito de interesse.

A partir de abordagem historiográfica, este artigo analisa os primeiros discursos e autores que anunciaram a bioética na área médica do Paraná. O recorte temporal, de 1970 a 2005, foi delimitado pela apresentação do termo “bioética” no livro *“Bioethics: bridge to the future”*, publicado por Potter¹ em 1971, e pela *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* (DUBDH)². Na pesquisa historiográfica, as fontes são matéria-prima da investigação³, e neste caso trazem vestígios que permitem conhecer o ideário ético e bioético que a classe médica pretendeu disseminar no Brasil, em particular na sociedade paranaense⁴.

As fontes documentais são a *Revista Médica do Paraná*⁵, publicada pela Associação Médica do Paraná (AMP) desde 1931, e a *Arquivos*⁶, revista do Conselho Regional de Medicina do estado (CRM/PR), editada a partir de 1983, que permitem compreender a trajetória do discurso ético e das práticas médicas. Revisitar acervos é investigar memórias selecionadas pelas instituições e o modo como se posicionaram diante de questões éticas e sociais de seu tempo⁷. Segundo a perspectiva analítica, periódicos não podem ser considerados imparciais, pois refletem o discurso institucional e respectivas intenções. Além disso, servem como instrumentos educativos, pois à medida que são lidos produzem saberes e mudanças de comportamento⁸.

Os procedimentos da pesquisa historiográfica mostram como sujeitos e instituições que representam a classe médica do Paraná conceberam seus modos de discutir questões éticas. O olhar histórico sobre a produção dos discursos institucionais revela práticas e artes do fazer médico e ético⁹ em dado período¹⁰. Visitar acervos de instituições é manusear sua história, memória que se materializou nos discursos apresentados à sociedade por meio dos periódicos. Entende-se “discurso” como representação da realidade, culturalmente construída e formadora de sujeitos falantes em determinado contexto^{11,12}.

A história cultural^{3,7,9,10} orienta a análise do *corpus* desta pesquisa. As fontes documentais mostraram a produção institucional de uma narrativa sobre ética e bioética no Paraná^{8,11,12}, e seus autores são sujeitos com autoridade reconhecida na elaboração de discursos de verdade¹³⁻¹⁵.

Elementos da história da bioética

O termo “*bio-ethik*” foi delineado em 1927 por Paul Max Fritz Jahr, no contexto imperativo de respeito a todos os seres vivos^{16,17}. Nos anos 1920

ganharam força as teses sanitaristas e eugênicas para melhores condições da população em diversos países. No Brasil, especificamente no Paraná, a eugenia positiva teve grande aceitação dos médicos; junto com propostas do movimento sanitarista, pregava-se a formulação de políticas nacionais de saúde, embasando ações médico-governamentais que tinham como meta formar o cidadão brasileiro^{18,19}.

Nas décadas seguintes o mundo conheceria muitas atrocidades e violações dos direitos humanos, especialmente aquelas relacionadas à Segunda Guerra Mundial. Como resposta aos atos de barbárie, foi aprovado o *Código de Nuremberg*²⁰ em 1947. Um ano depois proclamou-se a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH)²¹, que estabeleceu a dignidade como fundamento da vida humana, e em 1964 a Associação Médica Mundial aprovou a *Declaração de Helsinki*²², que apresentava parâmetros éticos na pesquisa envolvendo pessoas²³.

Nos anos 1970, Potter¹ apresentou o neologismo “bioética” como campo de estudo interdisciplinar – forma de enfatizar dois componentes para atingir nova sabedoria, ou seja, conhecimento biológico e valores humanos, usando a metáfora da ponte entre ciências humanas e saberes biotecnológicos. Sua proposta conceitual teve pouca repercussão naquele decênio, em ambas as áreas.

Entretanto, o termo foi redefinido como atinente à ética na clínica médica, adotado por André Hellegers e seus colegas do Kennedy Institute of Ethics no sentido de refletir sobre implicações éticas dos novos conhecimentos das biociências²⁴. Em 1978 foi divulgado o *Relatório Belmont*²⁵ como reação aos escândalos causados pelos experimentos da medicina envolvendo seres humanos nos Estados Unidos (EUA). Assim, a bioética foi associada à ética nas pesquisas biomédicas, prevalecendo a concepção principialista, isto é, fundamentada em quatro princípios: beneficência, não maleficência, autonomia e justiça^{24,26}.

O conceito de bioética não é monolítico e *diz respeito ao estudo sistemático, plural, interdisciplinar, envolvendo questões morais teóricas e práticas levantadas pela medicina e pelas ciências da vida, enquanto aplicadas aos seres humanos e sua relação com a biosfera*²⁷. Em 2005, esse campo foi reconhecido na DUBDH² como atinente aos direitos humanos.

Em tempos mais recentes, na América Latina, o corpo teórico-prático da bioética passou a discutir também a conjuntura socioeconômica, abrangendo as muitas desigualdades sociais, a falta de acesso a serviços de saúde e a luta por uma sociedade mais

justa e equânime. Assim, são muito importantes as contribuições teóricas da bioética de proteção, da bioética de intervenção²⁸⁻³¹ e da teoria dos referenciais nesse campo³², pois abarcam direitos humanos em aspectos sociais, ambientais e de convivência, inter e transdisciplinarmente, considerando a complexidade das questões éticas atuais.

Diante de novos impasses éticos nas pesquisas que envolvem seres humanos, o Comitê Internacional de Bioética elaborou e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura proclamou a já citada DUBDH² e a *Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos*³³. Estes documentos supranacionais fixam padrões universais sobre direitos, liberdade, ética e dignidade humana no espírito do pluralismo universal³⁴. A DUBDH trata de questões éticas em estudos com seres humanos, considerando dimensões sociais, legais e ambientais.

Ao abordar o fazer científico no Brasil, deve-se considerar o papel do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que fiscaliza, acompanha e monitora políticas públicas de saúde e diretrizes de estudos com seres humanos³⁵. Na década de 1990, o CNS criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e aprovou a Resolução CNS 196/1996³⁶, revogada pela Resolução CNS 466/2012³⁷, com diretrizes e normas para esse tipo de pesquisa.

A Resolução CNS 466/2012³⁷ reafirma o respeito à dignidade humana presente na DUDH²¹, na *Declaração de Helsink*²², na DUBDH² e em outros documentos da Organização das Nações Unidas. Incorpora os referenciais da bioética – autonomia, não maleficência, beneficência, justiça (equidade) –, que asseguram os direitos e deveres de todos os participantes de estudos, as responsabilidades da comunidade científica e do Estado, entre outros^{27,36}. Portanto, estes documentos oficiais^{13,38} balizam a ética na pesquisa e na prática médica.

Resultados e análise

Escrever a história dos enunciados sobre bioética, a partir de revistas publicadas por instituições representativas da classe médica no Paraná, é tarefa desafiadora. A operação historiográfica, engendrada por investigações, revelou discursos enunciativos da bioética no estado. Vale destacar que a pesquisa historiográfica não busca estabelecer regras gerais, mas entender contextos, reinterpretar fatos e situações do passado e produzir narrativas com critérios de veracidade e plausibilidade. Penetrar nos registros

e manusear tais documentos é buscar vestígios da história da medicina e da bioética no Paraná^{4,10}.

Além de representarem a classe médica paranaense, as fontes documentais desta pesquisa foram selecionadas por sua credibilidade social^{5,6}. A análise do *corpus* é orientada pela história cultural, que se consolida a partir dos anos 1990^{3,4,7,10}. Cabe ao pesquisador indagar as fontes em busca de vestígios que revelem o objeto investigado, assim como cotejá-las com outros documentos para determinar a veracidade dos fatos encontrados^{3,4}.

Os resultados revelam os sentidos dos discursos, lugares de fala e autoridade dos sujeitos na afirmação de princípios de verdade. A importância do poder médico presente nesta pesquisa é discutida por Foucault na perspectiva da posição social dos sujeitos¹², manifestando-se na criação de mecanismos de controle e vigilância^{11,13}. As produções discursivas das instituições⁹ evidenciam seu posicionamento perante questões sociais e éticas do seu tempo e o modo como construíram memórias⁴.

Este estudo seguiu três etapas: 1) definição temática, questionamentos e procura de fontes teóricas e empíricas; 2) escolha de descritores (Gráficos 1 e 2) para buscas em acervos institucionais, físicos ou *online*, e início da leitura sistemática de todos os exemplares publicados no período delimitado – artigos que traziam o termo “bioética” ou indícios de referenciais desse campo foram copiados e organizados em tabelas com autoria, data e assunto –; e 3) cotejo de resultados com outros documentos sobre normativas de pesquisa envolvendo seres humanos, atribuindo sentidos aos achados pela análise teórica ancorada na história cultural^{3,7}.

A AMP não dispunha de exemplares da *Revista Médica do Paraná*, por isso foi necessário recorrer à Biblioteca Pública do Paraná e à Biblioteca do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. A revista começou a ser publicada em 1931 e está em circulação até hoje, mudando várias vezes a diagramação da capa, do miolo, a forma de apresentar os artigos, assim como o conteúdo. O CRM/PR disponibiliza a revista *Arquivos*, lançada no ano de 1983, em sua página institucional *online*. Em ambas, os autores são médicos, pesquisadores e professores universitários, ou seja, sujeitos cujos saberes ultrapassam consultórios e hospitais, adentrando salas de aula e a sociedade paranaense.

Embora o recorte temporal seja de 1970 a 2005, considerou-se importante trazer referências históricas da *Revista Médica do Paraná*, desde o início de sua publicação. Nos anos 1930 e 1940,

a revista veiculou artigos de viés higienista, com predominância da educação sanitária (Gráfico 1). Naquele período havia engajamento dos médicos no projeto social eugênico, que fazia parte do projeto de formação da nação brasileira³⁹. Este foi o lugar de fala a partir do qual a classe médica construiu seu discurso¹¹.

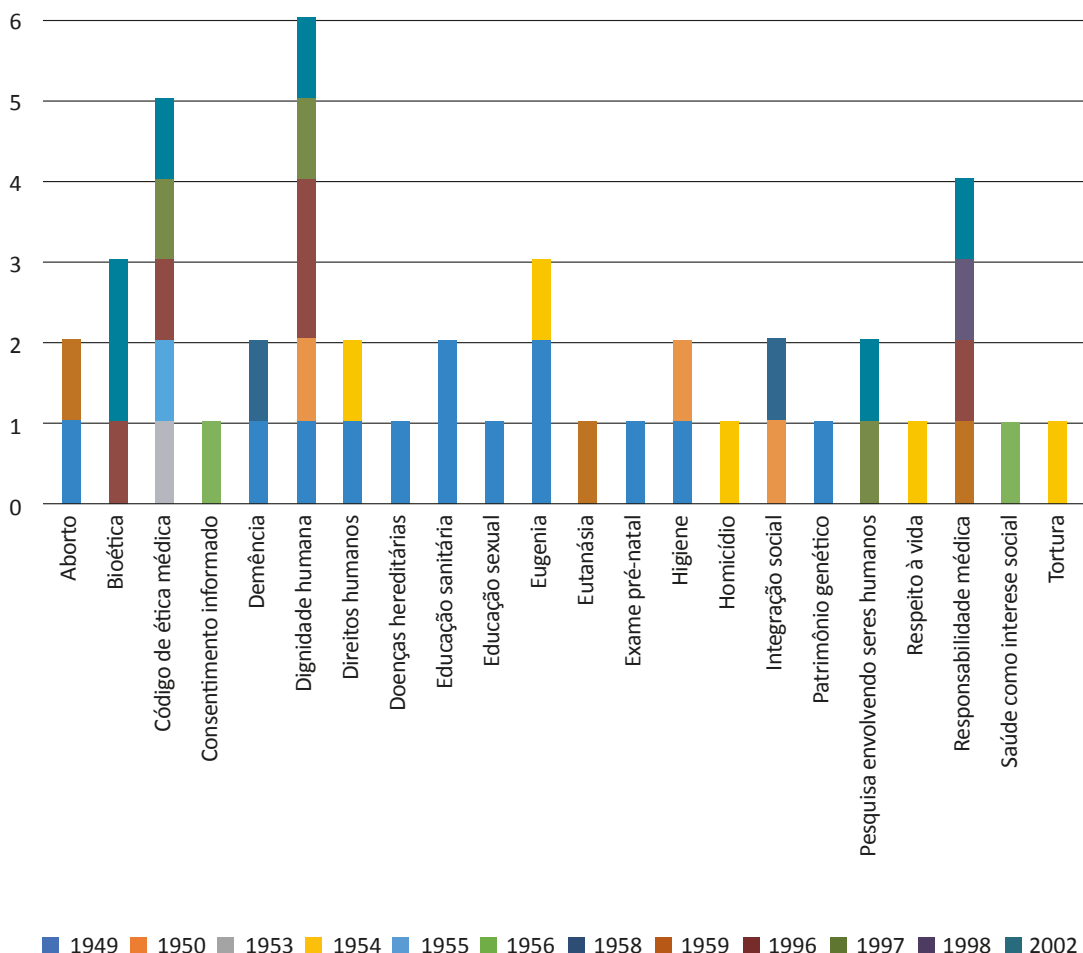
Pesquisas e experimentos médicos envolvendo seres humanos durante a Segunda Guerra Mundial, assim como a DUDH²¹ ou o *Código de Nuremberg*²⁰, não foram divulgados na *Revista Médica do Paraná*. Considerando que o dito e o não dito são elementos do dispositivo educativo^{11,12}, esta ausência permite supor o distanciamento da instituição de questões relativas à ética propostas por entidades supranacionais. Paradoxalmente, o tema dignidade e direitos humanos começa a ser publicado, não de forma explícita⁹, mas compondo o teor dos artigos, revelando sensibilidade a ser construída no ideário médico.

A partir de 1953, a *Revista Médica do Paraná* mudou seu perfil. Entre os assuntos passaram a

prevalecer as técnicas e a ética do exercício profissional, especialmente o Código de Ética Médica⁴⁰, revelando mudança no ideário. Questões de educação sanitária tornaram-se mais raras, o que demonstra um novo fazer com a incorporação da ética médica⁹. Observou-se a ausência de discussões éticas, sociais e políticas no período de 1964 a 1985, ante casos de violação dos direitos humanos no Brasil.

Situações sociais e médicas envolvendo crianças, jovens ou idosos e equipes multidisciplinares tornam-se assunto a partir da década de 1970. Essa mudança no teor dos textos mostra a aproximação entre o profissional e os problemas em voga no país^{9,11,12}, indicando proposições éticas aceitáveis pela classe médica e pela sociedade. O Gráfico 1 mostra que os temas mais divulgados foram dignidade humana, códigos de ética e responsabilidade médica. Até os anos 1950 prevalecia o debate sobre educação social e sanitária, e posteriormente foram incorporadas discussões éticas relacionadas aos direitos humanos.

Gráfico 1. Temas abordados na *Revista Médica do Paraná*, 1949-2002



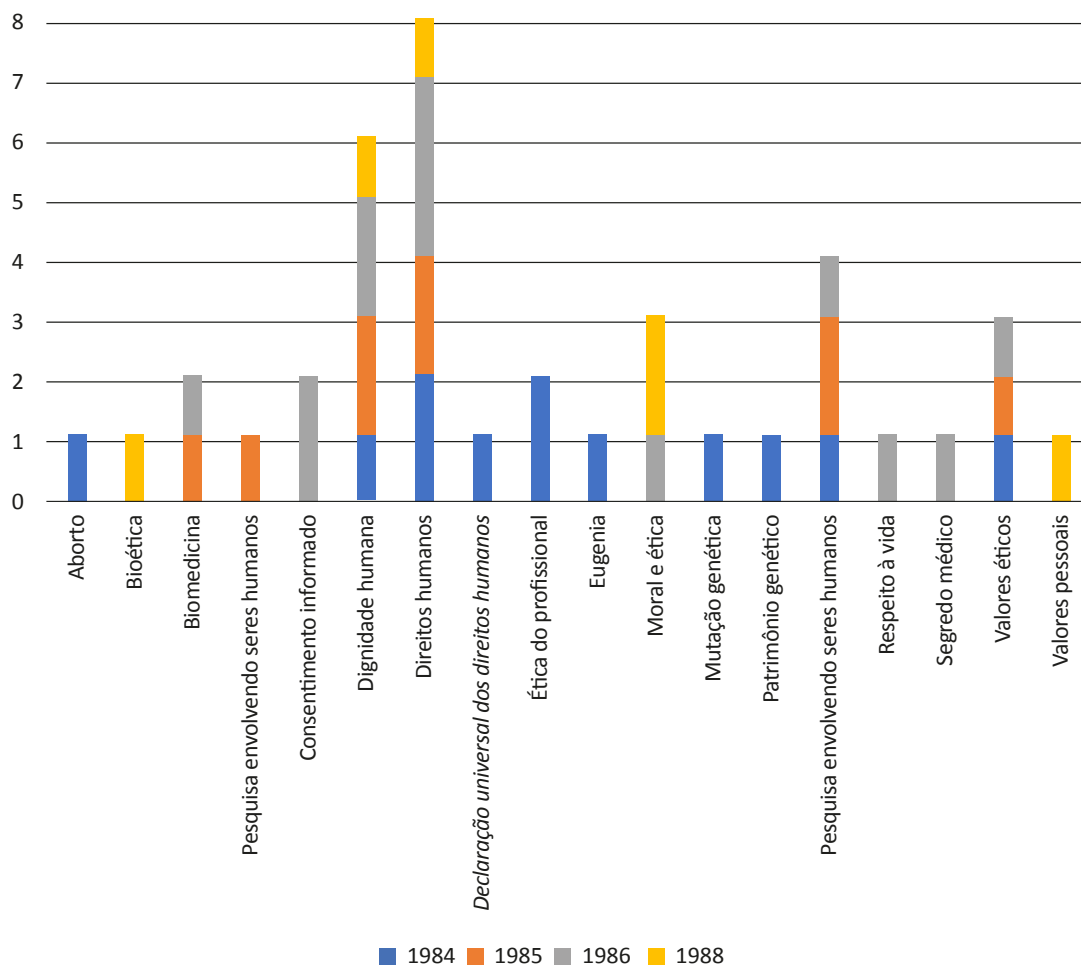
A primeira menção ao termo “bioética” na *Revista Médica do Paraná* data de 1996, em artigo assinado por William Saad Hossne⁴¹, médico e professor. Ele foi um dos autores da Resolução CNS 196/1996, cofundador da Sociedade Brasileira de Bioética e coordenador da Conep entre 1996 e 2007, representando a autoridade de fala em medicina e bioética. Seu artigo foi publicado 25 anos após a ética médica ser associada à bioética resultante da perspectiva endossada por Hellegers nos Estados Unidos. Este lapso temporal demonstra que a bioética chegou à classe médica do Paraná com a Resolução CNS 196/1996.

No artigo, Hossne⁴¹ apresentou as bases da teoria principialista (autonomia, beneficência, não maleficência e justiça)²⁴ para a relação médico-paciente e discorreu sobre a responsabilidade da instituição e o sigilo profissional. Sobre pesquisas com seres humanos, propôs a formação de comissões de ética hospitalar e apontou a necessidade de documentos normativos por parte do Estado.

A AMP mostrou-se à sociedade paranaense por intermédio da *Revista Médica do Paraná*, inicialmente com discurso de ação social do médico, mediante sanitarismo com viés higienista, e depois com a incorporação do discurso técnico e ético sobre procedimentos e conduta médica. Isso demonstra que as instituições ocupam lugar de fala específico e apresentam discurso marcado por reconhecimento social^{12,39}.

O escopo da segunda fonte – a revista *Arquivos*, do CRM-PR, lançada em 1983 – sempre foi ética profissional. O periódico publicou temas de ética em pesquisa envolvendo seres humanos e decisões médicas, direitos humanos e outros problemas sociais emergentes (Gráfico 2). Com artigos assinados por médicos brasileiros e estrangeiros, a *Arquivos* tem importante lugar de fala social, pois representa essa classe profissional por meio do CRM-PR, que externa a preocupação com os assuntos elencados.

Gráfico 2. Temas abordados na revista *Arquivos*, 1984-1988



Como mostra o Gráfico 2, os temas mais abordados na *Arquivos* foram direitos humanos, dignidade e pesquisa envolvendo seres humanos, o que demonstra o ideário ético da instituição, revelando seu protagonismo nestas discussões e no aspecto educativo para a classe médica.

A primeira menção ao termo “bioética” foi em 1988, no artigo “Morte encefálica: meditações”, de Lincoln Brazil e Silva⁴², médico formado pela Universidade de São Paulo e especialista em neurofisiologia clínica. O autor abordou a dificuldade de definir a morte encefálica e o direito a um fim digno. Mencionou também aspectos sociais, legais, culturais, científicos e éticos do conceito de óbito e demonstrou preocupação em estabelecer fundamento médico e jurídico para confirmar a morte. Questionou ainda a possibilidade de instituir-se a morte seletiva, com matizes no racismo, ou mesmo a legalização da morte em estabelecimentos hospitalares. Silva menciona a palavra “bioética” duas vezes, relacionada aos dilemas éticos de conceituar a morte, e assume a necessidade de um instrumento normativo que traga segurança aos profissionais.

Na *Arquivos*, além do termo “bioética”, questões éticas emergentes e direitos humanos tiveram espaço desde 1988. Isto reflete o momento político do país, marcado pela redemocratização e pela nova Constituição Federal⁴³. Assim, a revista mostrou

a articulação necessária para que os médicos dialogassem com a sociedade e considerassem seus pacientes como sujeitos de direitos. A eugenia foi discutida em 1984⁴⁴, em artigo sobre pré-natal para gestantes com risco de gerar “crianças com defeitos graves”, mas se nota cautela com a seleção genética ao apontar a necessidade de princípios éticos para não incorrer em erros passados.

Nesse periódico, a discussão da ética em pesquisa com seres humanos antecedeu o debate sobre bioética. A *Declaração de Helsinki*²² e a regulamentação de estudos com humanos foram tema de dois artigos de 1986^{45,46}, que abordam de forma semelhante a necessidade de normas para salvaguardar a dignidade, a privacidade e o bem-estar do paciente. Ambos trazem indícios sobre o estabelecimento de parâmetros éticos nesse contexto, e remetem à pergunta nos termos de Foucault¹¹: quem detém poder para esta regulamentação? É competência do Estado criar normativas e fiscalizar parâmetros éticos da pesquisa científica.

Apesar das especificidades dos periódicos analisados, ambos publicaram temas convergentes, com significados similares. No Quadro 1 estão dispostos conteúdos e sentidos atribuídos a cada assunto. Observam-se semelhanças e diferenças no ideário de questões sociais, éticas e bioéticas, mostrando que a ética médica antecedeu temporalmente a bioética nos artigos publicados.

Quadro 1. Comparativo e aproximações temáticas na *Revista Médica do Paraná* e na revista *Arquivos*

<i>Revista Médica do Paraná</i> (1932-2002)	<i>Arquivos</i> (1984-1988)
Autonomia dos pacientes: passa a ser considerada após 1953, com a publicação de documentos normativos internacionais sobre conduta médica e ética em pesquisa. Em detrimento da vontade do profissional, prioriza-se a decisão do paciente em relação ao tratamento, desde que sua vida não corra risco em decorrência dessa escolha.	Autonomia e direitos dos pacientes: tema bastante discutido no periódico como parte fundamental da ética médica. Defende-se que só devem participar de pesquisas indivíduos que estejam cientes de todas as etapas e possíveis adversidades; entende-se “consentimento” como “confiança no arbítrio do pesquisador”.
Beneficência: respeitar e fazer o bem ao paciente são balizas da prática médica. Nessa perspectiva, é vedado ao médico realizar procedimentos que prejudiquem seus pacientes.	Beneficência: é abordada como um dos princípios norteadores da prática médica. Nenhuma ação do médico deve prejudicar seus pacientes, mas prezar pelo bem-estar destes, respeitando a vida humana e sua dignidade.
Bioética: em 1996 aparece associada aos princípios de beneficência, não maleficência, justiça e autonomia, que podem ser norteadores da prática médica.	Bioética: é entendida como inovação na medicina, remetendo à necessidade de padrões sociais, legais e éticos para determinar a morte cerebral. Poderia modificar algumas concepções e paradigmas em que a medicina se pautava em 1988.
Comitês ou comissões de ética: instâncias para dirimir questões éticas complexas, evitando abusos em pesquisas envolvendo seres humanos.	Comitês de ética: são associados à necessidade de regulamentar a pesquisa com seres humanos no Brasil, apresentando documentos para fundamentar e normatizar esse tipo de estudo.

continua...

Quadro 1. Continuação

<i>Revista Médica do Paraná (1932-2002)</i>	<i>Arquivos (1984-1988)</i>
Dignidade humana: está implícita em alguns artigos, entendida como imperativo moral que deve ser respeitado pelas práticas médicas.	Dignidade humana: amplamente divulgada, entende-se que é função do médico prezar pelo bem-estar do paciente, respeitando valores éticos, morais, os direitos humanos e as legislações locais e internacionais.
Direitos humanos: apresentados de forma tênue ao tratar dos direitos dos pacientes, principalmente à vida.	Direitos humanos: divulgados em inúmeros artigos, que trazem documentos como DUDH e <i>Declaração de Helsinki</i> na íntegra, na tentativa de reforçar seu papel norteador não somente do ato médico, mas também de todas as práticas cotidianas.
Educação sanitária: bastante discutida nas primeiras décadas de publicação, engloba temas como higiene e saúde pública. Aparece como tentativa de conscientizar a população acerca da importância da higiene, e assim contribuir para diminuir a propagação de doenças.	Educação sanitária e higiene: não foram abordadas pelo periódico.
Ética médica: a partir de 1953, é percebida como conjunto de valores e princípios morais que devem nortear o médico na vida e no exercício de sua profissão.	Ética médica: tema bastante publicado. Entende-se como dever do médico agir de acordo com valores morais, éticos e com a legislação vigente. O profissional deve respeitar a dignidade humana, a vontade do paciente e prezar pelo seu bem-estar.
Eugenia: abordada pelo viés higienista e sanitário, com o engajamento dos médicos na melhoria da vida da população. Foi publicada até os anos 1950.	Eugenia: tema de um artigo de 1984, alertando sobre riscos da seleção genética. O texto argumenta que eliminar genes pode ser eliminar pessoas.
Pesquisa envolvendo seres humanos: tema não abordado explicitamente nos artigos, mas de forma tênue nos Códigos de Ética Médica.	Pesquisa envolvendo seres humanos: assunto bastante publicado, buscando aportes e normativas internacionais para construir instrumentos normativos nacionais e criar comitês de ética. É função do médico, em suas pesquisas, prezar pelo bem-estar do paciente, respeitando valores éticos, os direitos humanos, a dignidade humana e objetivando melhorias que beneficiem a população.

A bioética é apresentada em ambos os periódicos como norteadora da ética na prática médica, salvaguardando os direitos, a autonomia e o bem-estar dos pacientes em respeito à dignidade humana. Também pode ser considerada como mecanismo ético para dirimir impasses ligados aos avanços tecnocientíficos, por sua multi e interdisciplinaridade^{18,22}.

As instituições dos registros pesquisados têm *lugar específico de enunciação*⁴⁷, ou seja, ocupam posições socialmente representativas, de modo que os documentos produzidos e divulgados se revelam instrumentos de poder, de “verdade”, com significação histórica e política¹³⁻¹⁵. Os resultados demonstram como as instituições se posicionaram diante da sociedade e apresentaram um “horizonte de expectativa” ao público a que se destinam^{48,49}. Os discursos chegaram aos médicos por meio dos periódicos e reverberaram na sociedade com a incorporação de conteúdos e princípios, mudando comportamentos e atitudes⁸.

Pelos artigos publicados, as instituições mostraram de forma estratégica que os profissionais, no seu fazer cotidiano, precisavam conhecer princípios éticos e diretrizes de pesquisa⁹. Esses elementos foram

incorporados à atuação profissional, especificamente no Código de Ética e no reconhecimento dos direitos de pacientes, participantes de estudos e sujeitos vulneráveis^{24,28}. Assim relacionam-se as condições históricas de aparecimento do discurso da bioética, o reconhecimento dos direitos dos sujeitos e as normativas éticas. Isso demonstra que a verdade está centrada em um discurso científico, nas instituições que o produzem e é objeto de debate político^{11,12}.

Os discursos sobre bioética apresentados à classe médica e à sociedade paranaense foram escritos em dois momentos históricos distintos, mostrando-a como campo teórico e prático, de natureza descritiva e prescritiva, cujo objeto são questões éticas relacionadas à área da saúde, às tecnologias e aos direitos humanos⁵⁰.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou discursos sobre bioética no Paraná entre 1970 e 2005 em dois periódicos da área médica, revelando seus enunciadores. A bioética foi publicada tardiamente no Paraná em comparação

com os EUA, sendo vinculada a diretrizes éticas da pesquisa com seres humanos. A revista *Arquivos* foi a primeira a publicar artigo contendo o termo (em 1988, no contexto brasileiro de redemocratização), associando-o à necessidade de normativas para determinar morte cerebral. A *Revista Médica do Paraná*, por sua vez, apresentou o tema em 1996, abordando a bioética principialista durante o processo de normatização da pesquisa.

As instituições que publicam essas revistas científicas têm lugar de fala legitimado por sua representação social, divulgando ideário ético e bioético produzido em determinado período. Portanto, as fontes foram ferramentas essenciais na construção teórico-metodológica da pesquisa. Os discursos publicados divulgaram princípios da bioética, desempenhando papel educativo ao disseminá-los para a categoria médica e para a sociedade paranaense.

Os autores dos artigos são médicos e professores universitários e estão em contato com profissionais da área. Falam de um lugar de grande prestígio social, a universidade, e levam inovações teóricas e técnicas ao seu cotidiano. Como docentes, divulgam o conhecimento científico que pode influenciar o comportamento profissional.

O ideário bioético divulgado nos periódicos analisados está associado à ética médica e em pesquisa com seres humanos. Cada revista elegeu uma forma de apresentar o assunto à sociedade, destacando alguns temas que interessavam à classe médica. Ressalta-se o discurso de respeito à dignidade humana e de reconhecimento dos sujeitos de direitos, mesmo que as discussões éticas da prática médica tenham antecedido a enunciação da bioética. Esta pesquisa contribui para construir a história da bioética no Paraná, e os vestígios localizados nos registros permitiram indicar elementos para a produção de uma memória coletiva.

Agradecimentos a Paula Manfredini, estudante do curso de graduação de história da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e de iniciação científica com bolsa da Fundação Araucária, pela contribuição na elaboração dos gráficos.

Referências

- Potter VR. Bioética: ponte para o futuro. São Paulo: Loyola; 2016.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração universal sobre bioética e direitos humanos [Internet]. 2006 [acesso 9 jul 2017]. Disponível: <http://bit.ly/37scsQO>
- Veyne P. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Brasília: Editora UnB; 2008.
- Farge A. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp; 2009.
- Revista Médica do Paraná. Curitiba: Associação Médica do Paraná. Vol. 1, 1931- . 1932-2002.
- Arquivos [Internet]. Curitiba: CRM/PR. 1983- . 1984-1988 [acesso 9 jul 2017]. Disponível: <http://bit.ly/2t6hpzO>
- Chartier R. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990.
- Larossa J. Tecnologias do eu e educação. In: Silva TT. O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes; 1995. p. 35-86.
- Certeau M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; 1998.
- Benito AE. A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia. Campinas: Alínea; 2017.
- Foucault M. Microfísica do poder. 35ª ed. São Paulo: Graal; 2012.
- Foucault M. Arqueologia do saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2013.
- Foucault M. Vigiar e punir. 35ª ed. Petrópolis: Vozes; 2008.
- Negreiros LR, Dias EJW. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. *Perspect Ciênc Inf* [Internet]. 2008 [acesso 15 mar 2019];13(3):2-19. DOI: 10.1590/S1413-99362008000300002
- Derrida J. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2001.
- Hoss GM. Fritz Jahr e o imperativo bioético: debate sobre o início da bioética na Alemanha e sua importância em nível internacional. *Bioethikos* [Internet]. 2013 [acesso 15 mar 2019];7(1):84-6. Disponível: <http://bit.ly/2TVyB5S>
- Jahr FMF. Bioethik: eine Übersicht der Ethik und der Beziehung des Menschen mit Tieren und Pflanzen von Fritz Jahr. *Kosmos Gesellschaft der Naturfreunde*. 1927;24:21-32.
- Mota A. Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A; 2003.
- Schwarcz LM. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras; 1993.
- Código de Nuremberg. Tribunal Internacional de Nuremberg, 1947. Julgamento de criminosos de guerra perante os Tribunais Militares de Nuremberg. *Control Council Law* [Internet]. 1949 [acesso 12 maio 2019];10(2):181-2. Disponível: <http://bit.ly/37HBj2Q>
- Organização das Nações Unidas. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral. Declaração universal dos direitos humanos. Paris: ONU; 1948.
- Associação Médica Mundial. Declaração de Helsinque: princípios éticos para a pesquisa envolvendo seres humanos [Internet]. Helsinki: AMM; 1964 [acesso 14 out 2018]. Disponível: <http://bit.ly/3aJJSwe>

23. Melo ACR, Lima VM. Bioética: pesquisa em seres humanos e comitês de ética em pesquisa: breves esclarecimentos. EFDEPortes [Internet]. 2004 [acesso 2 ago 2018];10(78):1-5. Disponível: <http://bit.ly/2TPAmBI>
24. Pessini L, Barchifontaine CP. Problemas atuais de bioética. 4ª ed. São Paulo: Loyola; 2007.
25. National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research. The Belmont report: ethical guidelines for the protection of human subjects [Internet]. Washington: DHEW Publications; 1978 [acesso 2 set 2018];78(12):1-705. Disponível: <http://bit.ly/2uyHU0Q>
26. Beauchamp TL, Childress JF. Principles of biomedical ethics. 4ª ed. Nova York: Oxford; 1994.
27. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Elaboration of the declaration on universal norms on bioethics [Internet]. Paris: Unesco; 2004 [acesso 15 mar 2019]. p. 4-12. p. 4. Tradução livre. Disponível: <http://bit.ly/38LN5K2>
28. Correia FA. Alguns desafios atuais da bioética. In: Pessini L, Barchifontaine CP, organizadores. Fundamentos da bioética. São Paulo: Paulus; 2005. p. 30-50.
29. Schramm FR, Kottow M. Principios bioéticos en salud pública: limitaciones y propuestas. Cad Saúde Pública [Internet]. 2001 [acesso 2 set 2018];17(4):949-56. DOI: 10.1590/S0102-311X2001000400029
30. Schramm FR. Bioética da proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. Rev. bioét. (Impr.) [Internet]. 2009 [acesso 2 set 2018];16(1):11-23. Disponível: <http://bit.ly/2U3Anlx>
31. Feitosa SF, Nascimento WF. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. Rev. bioét. (Impr.) [Internet]. 2015 [acesso 2 set 2018];23(2):277-84. Disponível: <http://bit.ly/2GpNg1j>
32. Hossne WS. Bioética: princípios ou referenciais. Mundo Saúde [Internet]. 2006 [acesso 2 set 2018];30(4):673-6. Disponível: <http://bit.ly/36rIXwZ>
33. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração universal do genoma humano e dos direitos humanos: da teoria à prática [Internet]. Brasília; 1997 [acesso 9 jul 2017]. Disponível: <http://bit.ly/2NZZ0vO>
34. Cruz MJ, Oliveira SLT, Portillo JAC. A declaração universal sobre bioética e direitos humanos: contribuição ao Estado brasileiro. Rev. bioét. (Impr.) [Internet]. 2010 [acesso 15 mar 2019];18(1):93-107. Disponível: <http://bit.ly/36x0eVD>
35. Brasil. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União [Internet]. Rio de Janeiro, p. 1210, 15 jan 1937 [acesso 25 jul 2018]. Disponível: <http://bit.ly/37rfwwp>
36. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União [Internet]. Brasília, nº 201, 16 out 1996 [acesso 23 out 2018]. Disponível: <http://bit.ly/2uwWITj>
37. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União [Internet]. Brasília, nº 12, p. 59, 13 jun 2013 [acesso 23 out 2018]. Disponível: <http://bit.ly/2Rw6Cs7>
38. Foucault M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 1999.
39. Janz DC Jr. A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940 [dissertação] [Internet]. Curitiba: UFPR; 2012 [acesso 15 mar 2019]. Disponível: <http://bit.ly/2GvovRa>
40. Associação Médica Brasileira. Código de Ética. Aprovado na IV Reunião do Conselho Deliberativo, ocorrida no Rio de Janeiro, a 30 de janeiro de 1953. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1962. p. 184-200.
41. Hossne WS. Bioética. Rev Méd Paraná. 1996;3(3/4):1.
42. Silva LB. Morte encefálica: meditações. Arq CRM-PR [Internet]. 1988 [acesso 22 out 2018];(17):44. Disponível: <https://bit.ly/2wjYyIS>
43. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil [Internet]. Brasília; 1988 [acesso 8 jan 2019]. Disponível: <http://bit.ly/38AidvQ>
44. Wannmacher CMD. Aspectos éticos do diagnóstico pré-natal. Arq CRM-PR. 1984;3(1):6-13.
45. Organização Mundial de Saúde. Conselho das Organizações Internacionais de Ciências Médicas. Pesquisa biomédica em seres humanos: diretrizes internacionais. Arq CRM-PR. 1986;9:24-50.
46. Forti AC, Rahde AF, Zanini AC, Carvalho Neto E, Pellanda ÉB, Figueira F *et al.* Estudo e regulamentação: pesquisa biomédica em seres humanos no Brasil. Arq CRM-PR. 1986;11:24-9.
47. Fischer RM. Problemáticas sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. Rev Bras Educ [Internet]. 2002 [acesso 15 mar 2019];20:83-94. p. 88. DOI: 10.1590/S1413-24782002000200007
48. Chartier R. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990.
49. Jauss HR. Pour une esthétique de la réception. Paris: Editions Gallimard; 1978.
50. Oliveira AA. Bioética e direitos humanos. São Paulo: Loyola; 2011.

Participação das autoras

Valquíria Elita Renk elaborou o projeto de pesquisa, coletou, organizou e analisou os dados. Liane Maria Bertucci discutiu os dados empíricos. Ambas as autoras produziram e revisaram o artigo.


Correspondência

Valquíria Elita Renk – Av. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 529, Cristo Rei CEP 82530-205. Curitiba/PR, Brasil.

Valquíria Elita Renk – Doutora – valquiria.renk@pucpr.br

 0000-0002-2679-7471

Liane Maria Bertucci – Doutora – lianebertucci@gmail.com

 0000-0001-8186-2144

Recebido: 18.3.2019

Revisado: 10.7.2019

Aprovado: 17.7.2019